

Grupo Parlamentar



Substitui o texto anterior
(2ª versão)

Celso Correia

08.04.00

Voto de Condenação nº 35/XI

Instabilidade político-militar e

atentado à ordem constitucional na Guiné-Bissau

No passado dia 1 de Abril, a Guiné-Bissau foi novamente sobressaltada por uma tentativa de golpe militar tendente a afastar pela força das armas o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior e o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Zamora Induta.

Os factos, que mereceram nas ruas de Bissau o espontâneo repúdio da população, surpreenderam de forma muito negativa a comunidade internacional e, infelizmente, interromperam esforços que têm estado em curso por parte das autoridades legítimas da Guiné-Bissau junto de diferentes círculos e instituições internacionais, no sentido de reforçar apoios e investimentos externos para o desenvolvimento económico e o progresso social do país, em benefício do povo guineense.

Depois de vários anos muito conturbados com sucessivas alterações violentas nas autoridades políticas e nos comandos militares do país, as últimas eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau pareciam ter criado um quadro político não só propício à entrada num longo patamar de estabilidade e de normalidade constitucional, mas também determinado a esforços de combate à intrusão do narcotráfico na região, como é absolutamente indispensável ao prestígio e ao crédito externos, à reconstrução do país e ao bem-estar do povo. As recentes visitas oficiais a Portugal do Presidente da República Malam Bacai Sanhá, em Fevereiro passado, e do Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior, em Março último, foram testemunho e penhor disso mesmo, como resultou nomeadamente dos encontros mantidos na Assembleia da República pelas duas ilustres figuras da Guiné-Bissau e respectivas comitivas, no quadro de ambas as visitas.

Portugal, nomeadamente a Assembleia da República, acompanhou com ansiedade os momentos mais agudos e críticos do golpe militar, em que se chegou a temer pela vida do Primeiro-Ministro e partilha com as Nações Unidas, com a CPLP, com a União Europeia, com a União Africana e com a CEDEAO a unânime preocupação aguda da comunidade internacional quanto ao desenrolar da situação político-militar na Guiné-Bissau. Em síntese, regista-se e acompanha-se a posição expressa pelos representantes da União Africana (UA) e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) quando afirmaram, a 4 de Abril passado, na capital guineense, que «a reposição da ordem constitucional na Guiné-Bissau não é negociável».

Assim, a Assembleia da República:

- 1 - Condena firmemente a tentativa de golpe militar ocorrida na Guiné-Bissau no passado dia 1 de Abril.
- 2 - Expressa a sua solidariedade e respeito para com as autoridades democráticas legítimas do país, nas pessoas do Presidente da República Malam Bacai Sanhá e do Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior.
- 3 - Acompanha de modo positivo a linha de acção seguida pelo Governo português ao longo desta crise, quer no quadro das relações bilaterais, quer junto das organizações internacionais relevantes.
- 4 - Reafirma a posição de considerar ilegítima qualquer alteração da ordem constitucional e legal que, atentando contra a democracia, possa verificar-se por forma violenta ou por imposição das armas.
- 5 - Formula o desejo de que a Guiné-Bissau possa retomar na plenitude e a breve trecho a inteira normalidade de funcionamento das suas instituições no âmbito civil e militar e prosseguir os esforços no combate determinado ao narcotráfico, de forma a poderem ser retomados com consistência e credibilidade os trabalhos nacionais e internacionais em prol do progresso económico e social do país e do bem-estar do povo.
- 6 - Renova, junto da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, a manifestação do profundo sentimento de amizade do povo português para com o povo guineense.
- 7 - Exprime total solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, principal vítima da instabilidade político-militar, da ingerência de interesses obscuros, nomeadamente associados ao narcotráfico, e das crises que têm afectado o país, vendo-se privado do acesso ao desenvolvimento e de uma aberta e sólida cooperação internacional por efeito da fragilidade induzida nas instituições.
- 8 - Apela aos militares e a todas as forças políticas da Guiné-Bissau para que, compreendendo a gravidade e sensibilidade do momento, bem como da fase actual da

tória do país, actuem permanentemente no rigoroso respeito da legalidade e da ordem onstitucional, na exemplar subordinação das Forças Armadas ao poder político e no sentido de proteger e restabelecer duradouramente a estabilidade do país, o seu prestígio e crédito externos e as condições favoráveis à reconstrução nacional, ao desenvolvimento e à melhoria progressiva das condições sociais.

Lisboa, Palácio de São Bento, 6 de Abril de 2010

OS DEPUTADOS

Pedro Nogueira Soares



Nuno Magalhães

João Pádua

Alcides

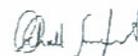
Teresa Correia

Felipe



Am

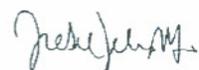
Alfaro Fernando Leiras



Alcides



Felipe



Am

Am